

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

5007 – TÉCNICO EM CONTABILIDADE -TIPO A

FRASE: O SER HUMANO É AQUILO QUE A EDUCAÇÃO FAZ DELE.

(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo 100 (cem) questões objetivas, o candidato receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- A prova objetiva terá duração de 4h (quatro horas).
- O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de 2 (duas) horas do horário de início das provas.
- O candidato, também, somente poderá se retirar da sala de aplicação de provas a partir dos 60 (sessenta) minutos do horário de início das provas.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização das provas;
- lançar meios ilícitos para a realização das provas;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas, fornecido pelo Idecan;
- portar arma, ainda que possua o respectivo porte;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital, no Caderno de Prova e na própria Folha de Respostas.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, devolver ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, ambos devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Provas, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para os itens 1 a 20

O racismo é um fantasma da escravidão que ainda assombra o povo brasileiro

5	<p>O racismo ainda é algo muito difuso em nosso país, sobretudo entre as classes dominantes. Alguém por aí irá dizer que já se passaram 134 anos da abolição da escravatura no Brasil e que tudo o que estou falando não passa de "mimimi", mas a verdade verdadeira dos fatos nos leva a crer que a questão é muito mais séria do que imaginamos.</p> <p>Eu sou de opinião que, enquanto os meios de produção, os grandes conglomerados comerciais, os meios de comunicação, como os jornais e a televisão, os centros de formação profissional, sobretudo tecnológicos, as universidades – sejam públicas ou privadas –, o comando do país, seja pelo Legislativo, seja pelo Executivo, estiverem nas mãos apenas de pessoas brancas, como ocorre hoje, jamais teremos uma solução plausível sobre a questão racial entre nós.</p>
10	<p>A política demonstra enormemente tudo o que estou dizendo. O horário eleitoral, as plataformas dos partidos, a maciça bancada de deputados federais e estaduais, eleita em cada legislatura – incluindo as câmaras de vereadores –, tudo isso nos dá uma excelente ideia do país que habitamos.</p> <p>Dois livros me trouxeram essa reflexão, e certa inquietação, assim que eu terminei de lê-los. Falo de "Pacto da Branquitude", da psicóloga e ativista Cida Bento, colunista desta Folha, e de "A Sociedade Desigual – Racismo e Branquitude na Formação do Brasil", do economista Mário Theodoro.</p>
15	<p>Esses dois livros deveriam servir de manuais de aprendizado do bom viver em comunidade, sobretudo no trato com pessoas negras – ou seja, pretas e pardas, de acordo com as normas do IBGE.</p> <p>A branquitude é um projeto de controle social, mas no sentido de demarcar acessos e barreiras para determinados grupos. Isso não acontece de agora. É secular – desenvolvida como política de Estado ainda no Império. Desconstrói tecnologias, religião, cultura e saberes da população preta, sobretudo a escravizada, tendo como filosofia o eugenismo e a sua coisificação desse ser antes visto como mercadoria.</p>
20	<p>O livro de Cida Bento – eleita em 2015, pela revista <i>The Economist</i>, do Reino Unido, uma das 50 personalidades mais influentes do mundo no campo da diversidade – nos remete a pensar a branquitude como uma prática que silencia e apaga, ao mesmo tempo em que demarca território, com certa sutileza e malícia. Ela diz, com muito acerto: "É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse."</p>
25	<p>É intrigante pensar o quanto a prática, no nosso dia a dia, diz respeito às ações tão presentes nas agressões e ofensas dos corpos negros – toda vez em que abrimos o jornal ou assistimos ao noticiário da televisão.</p> <p>Desde os tempos imemoriais, do Império à Proclamação da República, corpos negros servem de referência a confirmar a supremacia branca, sobretudo dentro da prática do poder. Como bem referido por Cida Bento, Luiz Gama, grande abolicionista, chegou a chamar esses dominadores de "insaciáveis parasitas do trabalho africano". Para o baiano, o tributo que os brancos deviam aos negros, durante três séculos de exploração de sua mão de obra, seria equivalente a R\$ 1 trilhão, se calculados nos dias de hoje.</p>
30	<p>Mário Theodoro vai pelo mesmo caminho. O seu "A Sociedade Desigual" mapeia o cenário aterrador que "destaca a etapa do crescimento econômico dos anos 1930-1970", o qual consolida "uma classe média, majoritariamente, branca".</p> <p>Como base de construção do país, o racismo segue praticamente desafiador, perpetuando desigualdades e "impedindo mudanças estruturais", enquanto a sociedade brasileira, em face do racismo, se mantém "violenta, autoritária, elitista e medíocre".</p>
35	<p>Para o autor, a desigualdade se relaciona bem, desde o passado, com espaços como quilombos, favelas, alagados, mocambos e, hoje, com comunidades, periferias e palafitas.</p> <p>Enquanto não for assertivo o tratamento sobre os males do racismo no Brasil, não haverá avanço, pois as crenças persistem em encarar o negro brasileiro como cidadão de segunda classe, sem plenos direitos.</p>
40	<p>Encarar o racismo como uma ideologia pode ser um dos passos para o Brasil se refletir como racista e violento. É parte da cura.</p> <p>Os livros de Cida Bento e Mário Theodoro têm tudo para se tornar clássicos muito necessários pela profundidade com que abordam uma temática fantasma da escravidão que ainda assombra a todos nós, brancos e negros.</p>

(Tom Farias. Jornalista e escritor, é autor de "Carolina, uma Biografia" e do romance "A Bolha". <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tom-farias/2022/09/o-racismo-e-um-fantasma-da-escravidao-que-ainda-assombra-o-povo-brasileiro.shtml>. 8.set.2022)

Em relação às ideias, sentidos e análise do texto, julgue os itens a seguir:

1. As mudanças só serão possíveis em relação ao racismo quando as lideranças estiverem nas mãos de pessoas negras.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

2. O racismo como ideologia se constrói como fator positivo quando se impõe a conscientização de que a sociedade brasileira é racista.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

3. Segundo Cida Bento, simbolicamente existe uma espécie de “combinação” entre os brancos a se sentirem autorizados a usar os negros.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

4. A branquitude não se revela como um elemento desconectado do período da escravidão, dependendo desse regime para sua efetivação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

5. Segundo o IBGE, ao se fazer referência a pessoas negras, englobam-se pretos e pardos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

6. Quilombos estão para periferias assim como alagados estão para palafitas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

7. O texto tem como propósito eminentemente realizar uma resenha dos livros citados, a respeito do racismo estrutural.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

8. Há elementos textuais que permitem inferir que o autor do texto é negro.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

Com relação aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir:

9. Na linha 14, o pronome “Esses” desempenha papel exofórico.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

10. Na linha 26, “dos corpos negros” exerce a função sintática de complemento nominal.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

11. No quarto parágrafo, “Cida Bento” e “Mário Theodoro” desempenham função sintática idêntica, a de aposto.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

12. O termo “como cidadão de segunda classe” (linha 39) apresenta função sintática de predicativo do objeto.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

13. Na linha 1, “país” se acentua por se tratar de oxítone.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

14. A palavra “escravatura” (linha 2) e a palavra “branquitude” (linha 21) são ambas formadas por composição.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

15. Em “quilombos” (linha 36), há sete fonemas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

16. Um dos sentidos de “plausível” (linha 7) é “aquilo que merece aplauso”.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

17. Na linha 8, “tudo” desempenha papel substantivo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

18. Em “É secular – desenvolvida como política de Estado ainda no Império” (linha 17), a palavra “secular” não assume o significado de “laico”, “mundano”, como poderia se atribuir a essa palavra em outro contexto.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

19. Em "...ao mesmo tempo em que demarca território, com certa sutileza e malícia..." (linhas 21 e 22), o QUE se classifica como pronome relativo e exerce função sintática de adjunto adverbial.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

20. Na linha 36, "desigualdade" é exemplo de palavra formada por derivação parassintética.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. Tomando por base o art. 37 da Constituição Federal, é correto afirmar que cargos, empregos ou funções públicas são acessíveis exclusivamente aos brasileiros natos, sendo vedada a nomeação de estrangeiros.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

22. Aos servidores públicos, ao contrário da iniciativa privada, é vedada a livre associação sindical, até porque, se ao contrário fosse, tal ato poderia macular a moralidade da Administração ao garantir que sejam preteridas algumas associações no lugar de outras.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

23. O texto constitucional, ao tratar da administração pública, é cristalino em definir que os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

24. Ser leal às instituições a que servir é um dos deveres do servidor público previstos na Lei Federal 8.112/90.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

25. Com base no regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor público pode ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, desde que não tenha qualquer serviço em atraso.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

26. Ao servidor público é vedado promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

27. José dos Santos é servidor público federal em determinado órgão e, ao chegar ao final do dia, notou que não concluiu um serviço urgente cuja entrega deveria se dar no dia seguinte. Visando finalizar o referido trabalho, José leva o processo administrativo para sua casa, sem prévia anuência da autoridade competente, porém o restitui no dia seguinte. A chefia imediata de José apontou que a conduta praticada é proibida pela Lei 8.112/90.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

28. É sabido que Lei Federal 8.112/90 veda o recebimento de propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, porém, em se tratando de forma individualizada dos presentes, há exceção, limitada a bens duráveis cujo valor não exceda a 30% da remuneração percebida pelo servidor.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

29. O regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais impõe clara vedação ao servidor público de cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

30. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal impõe que a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público no exercício do cargo ou função, não sendo obrigatória sua observação fora do serviço, até porque o Estado não deve interferir na vida pessoal de cada um.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

31. As sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, previstas na Lei nº 8.429/92, podem ser executadas provisoriamente, antes do trânsito em julgado, visando garantir a restituição ao erário daquilo que for devido, impedindo, desta forma, o enriquecimento ilícito por parte do agente público.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

32. A gestão dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, deve observar, entre outros, o reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

33. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais prevê que o tratamento de dados pessoais somente pode ser realizado em algumas hipóteses, dentre elas, quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

34. O Estatuto da Universidade Federal da Bahia – UFBA define em seu art. 2º os objetivos da instituição, sagrando, dentre eles, o de propiciar formação, educação continuada e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

35. Ao tratar da composição da Universidade Federal da Bahia – UFBA, o Estatuto define que a responsabilidade pelas atividades letivas é privativa do corpo docente, constituído por professores com atividade regular de ensino, pesquisa, extensão ou administração universitária.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

36. A Lei Federal nº 9.784/99 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e, ao tratar especificamente da competência, define que a edição de atos de caráter normativo não pode ser objeto de delegação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

37. Independente das exigências realizadas, o acesso a informações de interesse público deve ser amplo e irrestrito.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

38. De acordo com o Decreto nº 9.830, que regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na decisão sobre a regularidade de conduta ou a validade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativas, serão consideradas as circunstâncias práticas que impuseram, limitaram ou condicionaram a ação do agente público.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

39. No que tange a responsabilidade do agente público, é correto afirmar que a responsabilidade civil decorre apenas de ato omissivo doloso que resulte ou não em prejuízo ao erário ou a terceiros.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

40. A absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria não afasta a responsabilidade administrativa do servidor.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

41. Para alterar um estilo de um texto já escrito no Word 2013, o usuário deve colocar no item da faixa de opções “Página Inicial”, selecionar o texto e escolher o estilo na caixa de estilos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

42. Um vírus é um pequeno programa com o objetivo de modificar um computador executa as operações de forma que o usuário não tenha conhecimento. Muitos vírus podem corromper programas, apagar arquivos, criptografar arquivos ou até mesmo formatar o disco.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

43. Um spyware é um tipo de vírus que envia os dados do disco para o invasor e criptografa o disco para o usuário não ter acesso a ele.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

44. A intranet é uma rede pertencente a uma organização e só os usuários que a ela pertencem tem acesso. Na intranet, os endereços IPs não podem ser iguais ao da Internet.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

45. O Windows 10 cria apenas uma pasta de usuário, a qual é compartilhada por todos os usuários do computador. Dentro dessa pasta estão contidos os arquivos pessoais de todos os usuários.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

46. A pasta Arquivos de Programas é a pasta utilizada pelo Windows para a instalação dos aplicativos. O usuário não pode mover ou alterar os arquivos lá contidos para evitar problemas na execução dos aplicativos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

47. A barra de ferramentas dos aplicativos de navegação possui, de forma geral, a barra de endereço, o botão voltar e o botão avançar, além do botão para favoritar um site.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

48. A tabela dinâmica foi adicionada no Excel 2013 e tem como objetivo criar um resumo de dados interativos e flexíveis.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

49. A barra de status do PowerPoint 2013 fica na parte superior, indicando se o arquivo foi salvo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

50. A barra de título do PowerPoint 2013 é superior à faixa de opções e contém o ícone do programa, a barra de ferramentas de acesso rápido, nome do arquivo, botão de ajuda, botão de opções e os botões de controle de janela.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51. Ativos Circulantes são aqueles cuja entidade espera realizar, vender ou consumir, obrigatoriamente, durante o ciclo operacional corrente; ou que são mantidos essencialmente para servirem de aumento de patrimônio; ou representem valores indisponíveis em caixa ou ainda, equivalentes de caixa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

52. Denominamos de Conta Contábil os agrupamentos dos fatos de uma mesma natureza. Cada conta recebe uma denominação permanente, um título, que possibilite identificar, de forma clara, a natureza dos fatos que a representam e essa denominação varia dependendo do tipo de usuário.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

53. Os fatos contábeis mistos são aqueles que unem os conceitos dos permutativos e dos modificativos, ou seja, fazem a modificação da composição de um patrimônio e, ao mesmo tempo, alteram o valor desse patrimônio em uma empresa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

54. A NBC TSP Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) destinados às entidades do setor público.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

55. A respeito da NBC TSP Estrutura Conceitual, em caso de eventual conflito entre esta Estrutura Conceitual e outras NBCs TSP, prevalecem as disposições específicas vigentes nestas últimas em relação às constantes na primeira.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

56. A estática patrimonial evidencia as principais características e demonstrações utilizadas para apresentar a situação da entidade em determinado momento. Sobre a estática patrimonial, analise a afirmação a seguir e responda:

Discute as variações da situação líquida, sem, contudo, esclarecer os fatores que provocam essas alterações.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

57. Sobre os direitos não derivados de vendas, e adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da empresa, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da empresa, serão classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

58. Sobre os fatos contábeis, analise a afirmação a seguir e responda:

O pagamento de fornecedores em atraso, com multa, constitui um fato contábil modificativo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

59. O SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. Um de seus principais objetivos é padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, implicando maior rigidez e algumas restrições a essa atividade, mesmo permanecendo o SIAFI sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

60. A NBC TSP 01 objetiva estabelecer as exigências, para fins de demonstrações contábeis, para a receita proveniente de transações sem contraprestação, exceto para aquelas sem contraprestação que dão origem à combinação de entidades. Essa norma trata de questões que devem ser consideradas no reconhecimento e na mensuração da receita das transações sem contraprestação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

61. O crédito adicional especial é aquele destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme prevê o artigo 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

62. A NBC TSP 05 tem por objetivo determinar a forma de contabilização dos contratos de concessão pela ótica da concedente, uma entidade do setor público.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

63. Os documentos, livros, registros e outras peças que compõem a escrituração contábil devem ser revestidos de formalidades definidas na legislação e na técnica contábil, mantidos em boa guarda enquanto não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes. Sobre a execução da escrituração contábil no Brasil, é correto afirmar que ela deve ser, preferencialmente, em idioma nacional, mas comporta variações nos idiomas pátrios dos sócios de uma Empresa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

64. A Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido é um relatório que oferece uma síntese econômica completa das atividades operacionais e não operacionais de uma empresa em um determinado período de tempo, demonstrando claramente se há lucro ou prejuízo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

65. Em relação ao Balanço Patrimonial, as Reservas de Capital são todos e quaisquer ganhos obtidos pela entidade que não tenham decorrido de suas operações normais, principais ou eventuais e, portanto, não transitaram pelo resultado.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

66. A respeito de Reservas e Provisões, as Reservas para Contingências são constituídas com base na destinação de parte do lucro líquido do exercício e as provisões para contingências, ao contrário, são constituídas por meio do reconhecimento de uma despesa, reduzindo o lucro auferido pela companhia.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

67. Na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) serão computados em obediência ao princípio da competência: as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda; e os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

68. Em relação à Contabilidade Pública, quando o pagamento deixa de ser efetuado no próprio exercício, procede-se, então, à inscrição em Restos a Pagar. Na inscrição, os Restos a Pagar (RP) são classificados em: Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar Não Processados em liquidação e Restos a Pagar Não Processados a liquidar.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

69. Depreciação é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

70. O registro contábil da baixa dos bens obsoletos ou sucateados será um débito na conta de depreciação acumulada e um crédito na conta do custo do bem, cujas contrapartidas serão lançadas em uma conta de resultado do período que irá registrar o valor líquido do bem baixado.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

71. As receitas correntes são aquelas que vêm do poder impositivo do Estado, da exploração de seu patrimônio, de suas atividades econômicas e provenientes de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes, e, ainda, outras receitas correntes.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

72. O lançamento contábil da depreciação deve se dar debitando a conta Depreciação e creditando a conta Ativo Imobilizado.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

73. Em relação aos regimes contábeis na Contabilidade Pública, atribui-se à Contabilidade Pública um regime misto, ou seja, para a receita, o regime de competência, e, para a despesa, o regime de caixa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

74. O resultado apurado, originado do sistema orçamentário, no exercício financeiro, pode se apresentar da seguinte forma: resultado nulo, superávit e déficit.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

75. Sobre os sistemas de contas da Contabilidade Pública, os lançamentos contábeis são feitos fechados em cada sistema: quando se debita uma conta de um determinado sistema, a conta creditada também tem de pertencer ao mesmo sistema.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

76. O orçamento público é uma lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Legislativo, que estabelece as políticas públicas para o exercício a que se referir; terá como base o plano plurianual (PPA) e será elaborado, respeitando-se a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), pelo Poder Executivo. Seu conteúdo básico será a estimativa da receita e a autorização (fixação) da despesa, e será aberto em forma de partidas dobradas em seu aspecto contábil.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

77. Podem ser citadas como exemplos de receitas públicas extra-orçamentárias: caução, fiança bancária e seguro garantia.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

78. Em relação ao orçamento público, analise a afirmação a seguir:

Operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital são também denominadas receitas primárias ou efetivas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

79. Na receita pública considera-se como o estágio de Recolhimento a entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

80. Despesas públicas tidas com realização de obras e compras de bens de uso duradouro são classificadas como despesas correntes.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

81. Do ponto de vista orçamentário a despesa pública é executada em três estágios: empenho, liquidação e pagamento.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

82. Um quadro de contabilidade com duas seções, em que se distribuem não só as “receitas previstas” no orçamento, como também as “realizadas” e, identicamente, as “despesas fixadas” e as “realizadas”, igualando-se as somas opostas com os resultados, o previsto e o realizado, e o déficit ou superávit. Essa é a definição de Balanço Orçamentário Público.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

83. No Balanço Patrimonial do setor público, o Passivo Financeiro compreende as obrigações provenientes da execução orçamentária da despesa, que independem de autorização orçamentária para sua realização, e de outros valores recolhidos por terceiros, não pagos e não devolvidos até o final do exercício financeiro.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

84. Na Contabilidade Pública, tem-se que o regime de adiantamento é aplicável a todo e qualquer caso de despesas que não possam subordinar-se ao processo ordinário ou comum, por motivo de urgência, como, por exemplo, a reposição de materiais em estoque.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

85. A despesa pública pode ser executada de três maneiras (Lei 10.320, de 16/12/68, artigo 6º, incisos I e II): através de regime ordinário ou comum (processo comum, obedecendo-se os prazos estabelecidos em lei); através de regime especial; ou através de regime de adiantamento.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

86. A respeito de lançamentos, o registro contábil deve conter o número de identificação do lançamento em ordem sequencial relacionado ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

87. O lançamento contábil de um pagamento feito a um fornecedor, em atraso, com cobrança de multa e juros de mora, sendo ainda efetuado parte em dinheiro e parte em depósito bancário será classificado como um lançamento de quarta fórmula.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

88. A respeito do cálculo de exaustão, a quota anual é estabelecida exclusivamente de acordo com o volume de produção anual. Não se utiliza o cálculo de acordo com o direito efetivo para exploração dos recursos minerais ou florestais (possança).

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

89. A amortização é utilizada para ativos intangíveis, tais como patentes de invenções, licenças, marcas e boa vontade no mercado.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

90. São três as formas de amortização mais utilizadas: o Sistema de Amortização Constante (SAC), o Sistema de Amortização Crescente (SACRE) e a Tabela Price, também conhecida como sistema francês de amortização.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

91. Para se entender melhor a equação patrimonial, precisa-se compreender que o Patrimônio Líquido é a diferença entre o valor do Ativo e do Passivo de uma entidade em determinado momento e é considerado uma obrigação com os sócios ou acionistas, um exigível como as obrigações com terceiros.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

92. Uma empresa pagou, via banco, um boleto em atraso junto ao seu fornecedor X. O documento, que tem valor principal de R\$ 50.000,00 e prevê juros de 5% ao mês, está, nesta data, com 30 dias de atraso. O lançamento contábil correspondente a esta operação será:

D – Fornecedores – 50.000,00
 D – Juros Ativos – 2.500,00 (receita financeira)
 C – Banco – 52.500,00

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

93. A abrangência não está entre os elementos mínimos que devem constar no Balancete de Verificação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

94. Acerca do Balanço Patrimonial, estão no Imobilizado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

95. Segundo a Lei 4.320/64, em seu artigo 58, o Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

96. A Contabilidade Pública tem como base normativa o Código Tributário Nacional - CTN, que instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

97. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

98. Realiza-se a concessão de Adiantamento, exclusivamente, a servidor investido em cargo efetivo, com empenho em nome da pessoa jurídica da unidade orçamentária concedente.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

99. São exemplos de despesas de capital: execução de obras e compra de instalações, equipamentos e títulos representativos do capital de empresas ou de entidades de qualquer natureza.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

100. As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias e as contribuições ou fundos de assistência ou previdência de empregados devem estar discriminadas na DRE – Demonstração de Resultado do Exercício.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO